

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE HISTÓRIA

LUANA JOSEPHINO DE MELO

UM INTELLECTUAL A SERVIÇO DA FÉ: O DISCURSO POLÍTICO E RELIGIOSO
DE EDIR MACEDO NO LIVRO *PLANO DE PODER*

CRICIÚMA
2018

LUANA JOSEPHINO DE MELO

**UM INTELLECTUAL A SERVIÇO DA FÉ: O DISCURSO POLÍTICO E RELIGIOSO
DE EDIR MACEDO NO LIVRO *PLANO DE PODER***

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para
obtenção do grau de licenciatura no curso de
História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Tiago da Silva Coelho.

CRICIÚMA

2018

LUANA JOSEPHINO DE MELO

**UM INTELECTUAL A SERVIÇO DA FÉ: O DISCURSO POLÍTICO E RELIGIOSO
DE EDIR MACEDO NO LIVRO *PLANO DE PODER***

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela
Banca Examinadora para obtenção do Grau de
licenciada, no Curso de História da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 05 de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Tiago da Silva Coelho - Mestre - (UNESC) - Orientador

Prof. Ismael Gonçalves Alves -Doutor - (UNESC)

Prof. Fabricio Antônio Antunes Soares - Doutor - (UPF)

**Para Bolota e papai, com todo carinho, dedico
esse trabalho.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo amor, suporte e confiança imprescindíveis para que eu concluísse essa trajetória no curso de História e me tornasse a primeira, numa família de lavradores e mineiros, a ter curso superior.

Aos meus melhores amigos pela lealdade e paciência de estarem do meu lado nos momentos de desamparo.

Aos queridos Willian, Videira, Kleber e Rita toda minha gratidão por lerem e contribuírem de alguma forma com esse trabalho.

Aos professores que fizeram parte dessa jornada, destacando a participação do meu orientador Tiago, todo meu reconhecimento pelo trabalho comprometido e dedicado. Ao professor Fabricio meu muito obrigada por me dar uma direção. Vocês me inspiram a ser melhor.

RESUMO

O trabalho a seguir busca analisar o impacto do discurso político e religioso de Edir Macedo, enquanto intelectual da Igreja Universal, nos resultados positivos nas últimas eleições dos candidatos ligados a IURD. Buscando identificar como o autor mobiliza o vocabulário político brasileiro contemporâneo no livro “Plano de Poder”, e no manejo dessa linguagem compartilhada, ele dá novos significados aos conceitos de Estado, cidadania e democracia e os traduz para o cumprimento dos interesses políticos e religiosos da IURD. Discutiremos ainda como esse sucesso nas urnas dos evangélicos, não só cumpre função de ocupação desses espaços por esses sujeitos na defesa dos interesses específicos dessas igrejas, mais altera as relações de força no campo religioso e concomitantemente contribui para uma manutenção do poder hegemônico.

Palavras-chave: Edir Macedo. História intelectual. Evangélicos na política. Estado cristão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO TEÓRICA	14
2.1 A VIRADA METODOLÓGICA NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS: AS CONTRIBUIÇÕES DE SKINNER E KOSELLECK.....	17
2.2 EDIR MACEDO: O INTELECTUAL DA IGREJA UNIVERSAL	22
3 O SAGRADO E O SECULAR: A RELAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO NO BRASIL	23
3.1 OS EVANGÉLICOS BRASILEIROS E O MARCO DA OFERTA RELIGIOSA.....	25
4 PROJETO DE NAÇÃO: DEUS, OS CRISTÃOS E A POLÍTICA	32
4.1 EDIR MACEDO	34
4.2 A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS	35
4.3 1986: A CONSTITUINTE E O NOVO REPERTÓRIO POLÍTICO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	36
4.4 A DISPUTA PELOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA, CIDADANIA E ESTADO NO DISCURSO POLÍTICO E RELIGIOSO DE EDIR MACEDO.....	37
5 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A inserção contemporânea das religiões neopentecostais na esfera política é fenômeno crescente que se desdobra em vitórias em eleições a nível federal, estadual e municipal, e uma mobilização política mais compacta no Congresso Nacional brasileiro com a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2003. Com a atuação de diferentes partidos e denominações religiosas dentro do universo pentecostal, a participação massiva desses grupos vem se refletindo em uma organização e alinhamento do seu discurso moral e sagrado para fazer valer seus interesses na esfera pública.

Os números divulgados das eleições 2018 apontam que dos 513 deputados e deputadas federais eleitos¹, 78 desse montante são candidatos de igrejas pentecostais, ou apoiados por esses, com destaque para as vitórias de candidatos a governador de Santa Catarina e presidente.

A ampliação do quadro evangélico no campo religioso brasileiro no século passado, rivalizando até mesmo com seus adversários históricos como católicos e protestantes, se explica através de diversos fatores, entre eles secularização do Estado com a República e a ampla oferta religiosa nesse contexto de liberdade de culto protegida por dispositivos político-jurídicos. Nesse cenário a disputa pelo capital simbólico religioso e a competição entre as religiões nesse campo, foi favorável aos neopentecostais que incluíam em sua cartilha sacra uma teologia flexível e oferta de serviços religiosos ampla, tais como curas, libertações espirituais, exorcismos, aconselhamento de problemas de ordem emocional, afetiva e familiar. Além do conhecido proselitismo midiático de longo alcance dessas igrejas e o compromisso de legitimação dos desejos materiais através da teologia da prosperidade, todos esses fatores viriam a contribuir para atrair maior número de fiéis.

Politicamente os neopentecostais foram os que mais souberam explorar o contexto de redemocratização no Brasil nos anos 1980, onde as garantias civis estavam sendo restauradas e renegociadas no campo político. O resultado foi uma intensa atividade de diferentes grupos sociais atuando para ocupar esses novos espaços públicos, e lutando pela defesa de seus interesses e projetos, e no plano religioso foi o início da era das candidaturas oficiais e de uma atuação política mais contundente de grupos evangélicos.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) surge nesse cenário como grande expoente do neopentecostalismo no Brasil e Edir Macedo como principal liderança e

¹ <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-partidarias/bancadas/bancada-atual>. Consultado em 16/11/2018.

intelectual por trás da IURD. O grande articulador dos discursos que legitimam a presença desses sujeitos na esfera político-partidária e contribuinte para a força dos candidatos evangélicos nas eleições. Essa força se materializa em influência política crescente, como a vitória de Marcelo Crivella (PRB/RJ) à prefeitura do Rio de Janeiro em 2014 e nas eleições de 2018, com a eleição de 17 deputados federais ligados a Igreja Universal.

Analisar as ideias políticas de Edir Macedo, o repertório político que ele mobiliza e compartilha com seus pares, oferece a possibilidade de avaliar suas intenções, interesses e objetivos políticos. Aliado a isso, a participação vitoriosa da Universal e seus candidatos oficiais nas eleições gerou um efeito dominó entre as outras igrejas pentecostais desejosas de obter o mesmo resultado e alcançar o mesmo sucesso.

Como referencial para embasar essa análise, utilizaremos a categoria de campo de Bourdieu, aqui entendido como espaço de tensionamento e embates entre os agentes que fazem parte desse espaço, dotado de certa autonomia em relação ao espaço social ampliado, porém regido por regras e limites específicos que mudam de acordo com as demandas e interesses dos agentes que fazem parte desse microcosmo. Na utilização desse conceito buscamos refletir sobre as disputas dentro do campo religioso e a sua relação com o campo político. E para análise do livro do Edir Macedo, vamos nos apropriar de um método aproximado do contextualismo proposto por Skinner, de discutir as ideias políticas do autor a partir do que foi apresentado no texto escrito. Refletindo sobre os contextos em que ele se insere enquanto intelectual, quais as problemáticas que ele elenca, qual o vocabulário ele compartilha, como ele ressignifica os conceitos políticos comungados no debate político atual, em que medida ele os aceitava ou contestava, e quais os objetivos por ele almejados.

Esse trabalho se articula em três capítulos. No primeiro, empreende uma revisão teórica sobre a história das ideias enquanto domínio historiográfico, para dar um panorama geral de algumas abordagens centrais, discutir os limites e possibilidades teórico-metodológicas dessas correntes e discorrer brevemente sobre Edir Macedo enquanto intelectual e a produção acadêmica sobre ele. O capítulo dois vai discutir a relação do secular e do sagrado no Brasil pós-República, questionando as possibilidades que explicam o aumento dos evangélicos no país, suas principais correntes, suas relações dentro do campo religioso com outras religiões, e sua inserção no campo político com a redemocratização.

No capítulo três, se buscou contemplar de forma mais central a participação da Igreja Universal enquanto principal igreja representante do neopentecostalismo e oferecer um quadro mais aprofundado da trajetória de Edir Macedo enquanto fundador e intelectual da IURD. Posteriormente analisaremos as ideias do autor materializadas no discurso político do

Bispo Macedo através de seu livro “Plano de poder: Deus, os cristãos e a política” e a relação desse discurso com o sucesso nas urnas dos evangélicos. Analisaremos como essa participação partidária muda as relações de força no campo religioso e concomitantemente contribui para uma manutenção do poder hegemônico.

2 HISTÓRIA INTELLECTUAL: UMA REVISÃO TEÓRICA

Esse capítulo se organizará em torno de uma breve revisão teórica acerca de algumas abordagens possíveis aos historiadores das ideias, e os principais pressupostos teórico-metodológicos que balizam esse domínio historiográfico nos últimos anos.

História das ideias? Intellectual ou cultural? O que configura o domínio epistemológico dessa especialidade? O que são “ideias”? A pluralidade de definições, abordagens e a própria terminologia que caracteriza a história das “ideias”, coloca no centro do debate as dificuldades do próprio objeto, que há pouco tempo estava na ordem do dia de outras disciplinas como a filosofia. O deslocamento do objeto para o interesse do historiador/a percorre uma trajetória ao longo do século XX, com a institucionalização da disciplina nos EUA com Lovejoy e a “*history of ideas*”, passando pelo contextualismo inglês da Escola de Cambridge, a *linguistic turn* norte-americana de LaCapra, a história conceitual alemã de Koselleck, as duras críticas dos pós-estruturalistas, e a produção historiográfica da história das ideias no Brasil.

O lugar privilegiado que ocupa atualmente a história das ideias e o prestígio no quadro de possibilidades historiográficas, se desdobram em produções recentes de pesquisadores no Brasil, e se materializa em trabalhos recentes ancorados nessa perspectiva teórico-metodológica, como a “História dos conceitos: diálogos transatlânticos” organizado pelo João Feres Junior e o Marcelo Jasmin.

A multiplicidade de denominação é um dos primeiros desafios serem revistos, história das ideias, social ou intellectual? As diversas terminologias a tentarem encaixar essa categoria histórica, são permeadas pela discussão de superar os pressupostos da tradicional história das ideias com uma nova designação e demonstrar de forma categórica a inexistência de um objeto comum e homogêneo. De maneira geral muitos historiadores preferem a denominação de história intellectual, “cujo campo abrangeria o conjunto de formas de pensamento, em lugar da tradicional história das ideias” (FALCON, 1998, p.141). Nesse sentido, Falcon afirma que aqui o “tradicional” se refere a textos clássicos, onde os conceitos empregados constituem por si mesmos os agentes históricos e o contexto são as simples condições de existência das ideias.

A história intellectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não articuladas, opiniões amorfas, suposições não ditas, além, é claro, das ideias formalizadas. Além do mais, a história intellectual preocupa-se com a articulação desses

temas às suas condições externas — “com a vida do povo que é o seu portador”. (FALCON, 1998, p.142)

Logo, o deslocamento das “ideais” para “intelectual” conferiria um caráter mais dinâmico e moderno, e um afastamento da história intelectual com os conteúdos e métodos entendidos como ultrapassados.

Outro embate que gravita na história das ideias gira em torno da definição do que seriam as “ideias” enquanto fonte de pesquisa e também as possibilidades de abordá-las em termos teóricos e metodológicos (SILVA, 2017, p.13).

Em Silva (2017) e Falcon (1998) duas possibilidades são aceitas: 1) perspectiva das ideias serem reais por si mesmas, dentro de uma perspectiva ontológica, onde que elas se desenvolvem de forma autônoma no tempo, de maneira descontextualizada com o lugar onde surge e é compartilhada; 2) Essa conceituação que interessa no tocante produção de conhecimento histórico é a ideia enquanto objeto de estudo

Os historiadores, de uma maneira geral, têm-se utilizado da noção de “ideia” mais tradicional ou “estática”, a qual vem sendo substituída por concepções variadas e assentes no pressuposto comum do caráter “dinâmico” das ideias. Assim as tradicionais indagações acerca da “natureza” e “significação” tendem a ser substituídas por outras respeitantes a “como as ideias significam, se articulam umas às outras, são transmitidas ou recebidas”, tudo isto no âmbito de um processo mais geral que é o da “produção do sentido” (FALCON, 1998, p. 143)

Para melhor organizar os modelos propostos, seus pressupostos, contribuições e o profícuo debate entre elas nos últimos anos, se faz necessário algumas escolhas dentro do percurso historiográfico da história das ideias. Entendendo que existem outros caminhos e outras abordagens, o recorte aqui utilizado vai se centrar nas cinco principais correntes, e seus principais teóricos, excluindo do levantamento desse trabalho as contribuições dos historiadores franceses da Escola dos Annales e os marxistas.

A institucionalização da história das ideias nos Estados Unidos nos anos 1930 teve como um dos principais nomes Arthur Lovejoy, que abriu o espaço teórico-metodológico para utilizar as ideias como objeto do historiador sob uma perspectiva epistemológica cujo suporte principal estava ancorada nos textos clássicos, dos grandes filósofos, cientistas, juristas, pensadores, políticos, cujas ideias principais seriam “perenes”, e perpassariam todo o pensamento ocidental. A chamada “*history of ideas*” tinha como objetivo central estudar e analisar a influência das “concepções filosóficas, das convenções éticas e das formas estéticas na literatura ocidental, em conexão com as tendências similares que se podem localizar na

história da filosofia, das ciências e dos movimentos políticos e sociais²” (DOSSE apud Silva, 2017, p.16)

A ambição da busca das ideias-unidade, que seriam atemporais e independentes dos contextos em que elas apareceriam, foi largamente combatida posteriormente por outros historiadores, e foi ponto de virada para novas perspectivas fossem adotadas, incluindo a chamada “Escola de Cambridge”, que tem como seus principais historiadores, Quentin Skinner e John Pocock.

Até então dois enfoques tinham força dentro da empreitada de investigar as ideias em produções textuais: 1) discorria que os fatores religiosos, políticos e econômicos determinariam o sentido de qualquer texto dado (externalismo); 2) o procedimento de análise somente do texto, que por si só seria objeto para investigação e compreensão dele mesmo (internalismo).

A grande virada metodológica veio com contextualistas ingleses, nos anos 1960 e 1970, as ideias descontextualizadas foram contestadas e, o novo método fortaleceu os esforços de pensar numa história das ideias contextualizada nas situações históricas onde as ideias e pensamentos surgiram e foram produzidos. Essa nova reflexão epistemológica deslocava objeto da ideia em si, do conteúdo abstrato, e das ideias que compunham essa doutrina, para o autor, para a ação concreta do indivíduo num jogo de linguagem historicamente dado (JASMIN, 2005 p.28).

Assim, se desloca o objeto e se propõe um novo método de investiga-lo, agora com a premissa de analisar os contextos em que essa linguagem se engajava e a atuação e intenção do autor a partir da teoria dos atos³ de fala que são premissa essencial para entender como a metodologia é elaborada.

² “concepciones filosóficas, de las convicciones éticas y de las formas estéticas em la literatura occidental, em conexión com las tendencias similares que se pueden localizar em la historia de la filosofía, de las ciencias y los movimientos políticos y sociales” (DOSSE apud Silva, 2017, p.16).

³ Teoria dos atos de fala foi desenvolvida com o objetivo de esclarecer a tese de que a significação das expressões linguísticas consistiria em seu uso. Os atos de fala seriam os seguintes: a) ato locucionário como o ato de dizer; b) ato ilocucionário como aquilo que fazemos ao dizer; c) ato perlocucionário como aquilo que provocamos pelo fato de dizer (SILVA, 2017, p.23). No caso da metodologia skinneriana, o que importa é o ato ilocucionário, ou seja, o significado da proposição como ato de fala daquele que proferiu.

2.1 A VIRADA METODOLÓGICA NA HISTÓRIA INTELECTUAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE SKINNER E KOSELLECK

A escola de Cambridge contribuiu de forma contundente, na crítica a tradição da história das ideias políticas que incorriam ao anacronismo ao desconsiderar o contexto linguístico e social em que essas ideias se inscreviam. Os ambientes históricos e culturais influenciam de maneira direta as escolhas das questões a serem estudadas e, sobretudo, a própria linguagem específica que vai balizar o debate das ideias (BARROS, 2008, p.9). Logo só seria possível acessar a intenção autoral do autor, e uma compreensão correta de sua ideia ou teoria a partir da apreensão no interior do contexto em que foram produzidas (JASMIN, 2005, p.28).

Segundo Feres (2005) o esforço metodológico de Skinner, se organizou em duas frentes: revisão do estudo da história do pensamento político e a elaboração de um novo programa de estudo da disciplina. O primeiro objetivo com o estudo das ideias em contexto foi alcançado com sucesso, e conferiu novos aportes para abordagem das ideias e o afastamento definitivo das “ideias eternas”, contudo a defesa, do que Harlan (2014) chamou de hermenêutica romântica, é o principal alvo das críticas de outros historiadores, que veem no programa de Skinner, incapacidade de refletir sobre o papel do interprete na produção de leituras (FERES, 2005, p.656)

A questão autoral e a teoria dos atos de fala aplicada a fontes escritas são o alvo central das críticas recebidas pelos contextualistas e os embates teóricos que se seguiriam sobre questão do método. Os críticos, entre eles, os pós-estruturalistas, defendiam que a busca de intenção autoral, verdade e “recuperar o sentido original” são antiquarismos e no caso totalmente inúteis do ponto de vista histórico, já que a tarefa primordial do historiador estaria no enfrentamento dos problemas do presente. O questionamento dos pós-estruturalistas como é permeado pela dúvida de que as intenções originais possam de fato ser recuperadas desses atos de fala do passado, haja vista que “a cognição é ela mesma prisioneira de sua historicidade” (JASMIN, 2005 p.30)

Ressalte-se ainda que, para o novo padrão de história das ideias consolidado a partir dos contextualistas ingleses, só reconstruir a relação do texto e contexto não resolveria, o historiador devia buscar investigar as estruturas linguísticas disponíveis no período a ser investigado, e perceber “que não é possível compreender uma ideia sem a plena consciência do momento linguístico dentro do qual esta ideia foi formulada”. (BARROS, 2008, p.10)

Além das contribuições de Skinner, outros historiadores se destacaram nessa corrente metodológica, entre eles John Pocock, que também faz sua análise sobre obras e autores, mais direciona sua reflexão para as várias linguagens políticas que equacionadas na gramática (que permite as diversas construções linguísticas) em um determinado período histórico, e as performances específicas de determinados sujeitos realizadas no interior desse contexto, permitiriam espaço perfeito para a análise do discurso político. Um exemplo do trabalho de Pocock é a pesquisa dos diversos discursos produzidos no século XVIII inglês “baseados ora nos direitos, ora nas virtudes ou nos costumes, sublinha que ali tais possibilidades devem ser apreendidas, pelo intérprete, como alternativas numa disputa que desconhece o que nós, hoje, conhecemos [...]” (JASMIN, 2005, p.29)

Voltando para EUA, as críticas severas endereçadas a “*history of ideas*”, fez a área perder credibilidade no meio acadêmico, gerando crescentes dúvidas “quanto a sua capacidade para alcançar os objetivos a que se propusera e pelos métodos considerados aleatórios e pouco científicos” (SILVA, 2017, p.32) Só nos anos 1980 com *linguistic turn*⁴ e Dominik LaCapra deram novo folego a história das ideias e novos aportes metodológicos. A revisão realizada pela abordagem dialógica de LaCapra proporcionou não só um novo método de investigar as fontes mais repensar a próprio forma de construir o conhecimento histórico. No colóquio na Universidade Cornell, (SILVA, 2017, p.32) LaCapra defendeu a *linguistic turn* vendo-a como uma forma concreta de superar o internalismo e externalismo, e primando por uma terceira via que articularia esses dois pontos de vista, na história intelectual e no trabalho de investigação nos textos.

A história conceitual alemã desenvolvida por Reinhart Koselleck é outra abordagem relevante para a construção desse quadro sobre o debate acerca das perspectivas teórico-metodológicas da história intelectual.

Koselleck (2006) resume em que consistiriam as bases da história conceitual enquanto método nos seguintes termos:

os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram desses conflitos. Desse modo, o trabalho de explicação conceitual quer precisar as proposições passadas em seus termos

⁴ Segundo Falcon (1998, p.180) na teoria dos desafiantes, a linguagem constitui um sistema fechado de signos; a construção do sentido remete ao funcionamento da língua — automático e impessoal — imune à intenção e controle subjetivos. Logo, afirma o historiador “A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem” (1998, p.181).

próprios, tornando mais claras as “circunstâncias intencionais contemporâneas” em que foram formuladas.(KOSELLECK, 2006, p.118)

As reivindicações metodológicas mínimas citadas passam pelo problema creditado aos historiadores alemães dos anos 1950/1960, e um dos motivos para história conceitual ser desenvolvida no pós-guerra. A história jurídica e liberal recorria de forma efetiva ao anacronismo, “ao traspor para a realidade medieval lógicas conceituais derivadas do liberalismo posterior como, por exemplo, a separação entre a economia e a política e a oposição entre o público e o privado” (JASMIN, 2005, p.31). A baixa contextualização das ideias analisadas e a reprodução da existência das ideias imutáveis também motivaram a mudança do método. Outro tópico citado por Silva (2017), como parte do problema da historiografia alemã e que talvez ajude a explicar a origem do programa de Koselleck, é “a insatisfação com a historiografia desenvolvida por historiadores que, mesmo que não tivessem se comprometido com o nazismo, permaneceram na Alemanha durante o governo de Adolf Hitler, fieis as teses do historicismo” (SILVA, 2017, p.78-79).

Questões de natureza teórica levantados por Koselleck no que tange “conceito” passam por uma rigorosa diferenciação da expressão “conceito” e “palavra”. “Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos”. (KOSELLECK, 2006, p.108). Assim as palavras que seriam possíveis de teorizar, como Estado, revolução, história ou classe são as relevantes do ponto de vista da escrita da história conceitual.

Nesse sentido, o programa koselleckeano, é permeado pela ideia que se os conceitos dependem diretamente da experiência que os formulou e a “a recepção desses atos (ou de seus efeitos) se dá ao longo do tempo, logo é possível constituir diacronicamente⁵ uma tradição interpretativa.” (JASMIN, 2005, p.32). E nessa tradição interpretativa caberia ao historiador formular isso empiricamente (SILVA, 2014, p.82)

Outro ponto relevante na história dos conceitos, é a percepção que a análise histórico dos conceitos, não é só linguística, mais tem também essencialmente dados da história social, já que se entende que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística”. (KOSELLECK, 2006, p.103)

⁵ Segundo Koselleck, diacrônico aqui se refere à forma como as alterações nos conceitos acontecem ao longo de um eixo diacrônico, e é dessa forma que o historiador deve buscar aquilo que, no domínio da história social é caracterizado como as estruturas e suas alterações. Ainda que não se possa depreender, imediata e diretamente, a realidade a partir do conceito, a história dos conceitos tem como premissa refletir essa co-incidência (2006, p.104).

Investigar os usos do conceito é um dos objetivos principais no programa alemão, mas não fica restrito a isso, a história conceitual ao fazer de forma diacrônica a história de um conceito, busca inquirir os modos e formas que os falantes da língua e posteriormente os interpretes leram, alteraram os significados, ressignificaram as proposições políticas do passado. Logo, “[...] o registro de como os seus usos foram subsequentemente mantidos, alterados, ou transformados pode, propriamente, ser chamado de história dos conceitos” (KOSELLECK Apud Jasmin, 2005, p.32)

Em a “História das ideias” Francisco Falcon vai lembrar que assim como outras áreas do conhecimento histórico, a história das ideias foi atingida pelas críticas e questionamentos dos pós-estruturalistas “oriundos de campos de conhecimento vizinhos: filosofia, linguística, teoria literária” (FALCON,1998, p.171). David Harlan em “A história intelectual e o retorno da literatura” afirma que

O retorno da literatura mergulhou os estudos históricos numa profunda crise epistemológica, questionando nossa crença num passado fixo e determinável, comprometendo a possibilidade de representação histórica e abalando nossa habilidade de nos localizarmos no tempo. O resultado disso tudo, acredita-se, tem sido uma redução do conhecimento histórico a um tecido de tramas e retalhos, constituindo uma ausência essencial (HARLAN, 2014, p.14)

A relação dos pós-estruturalistas e a história intelectual, entra em zona de colisão, quando a teoria da linguagem estabelece que “a linguagem é um sistema autônomo que constitui mais do que reflete; mecanismo de auto-transformações não intencionais e auto-notificações irrestritas, e não um conjunto de significados estáveis e referências externas” (HARLAN, 2014, p.19). Logo a empreitada de contextualizar a linguagem e o autor para achar a intenção autoral, não é concebível, se os significantes se atrelam a outros significantes, e a palavra não tem um registro estável, é impossível investigar uma realidade fixa, um contexto, uma intencionalidade através dele. A intenção do autor se dilui em camadas de significados.

A questão autoral também é levantada por Silva (2017), citando José Antonio Vasconcelos, ele afirma que “uma teoria do texto que se proponha ampla deve levar em conta o conjunto de condições em que uma obra foi produzida – e as intenções do autor fazem parte desse conjunto, embora sem esgota-lo [...]” (VASCONCELOS apud Silva, 2017, p.31).

Nesse embate teórico e metodológico entre pós-estruturalistas e os pesquisadores da história intelectual sobre a validade da história das ideias, e a legitimidade de uma em detrimento outra, é sempre importante lembrar que na história existem abordagens que

trabalham com algum pressuposto a respeito das relações das ideias com o mundo social, e por outro lado existem abordagens que contestam esse pressuposto da relação das ideias com o real, e centram sua prática no nível textual “como discurso ou mensagem, a partir de pressupostos linguísticos, hermenêuticos e literários.” (FALCON, 1998, p. 172-173). Isso é parte do trabalho de escolhas que o historiador deve fazer quando se propõe a fazer sua pesquisa.

Falcon (1998) e Carvalho (2000) fazem alguns apontamentos quanto à produção no campo da história das ideias no Brasil. Em a “História intelectual o Brasil” Carvalho vai afirmar que a história das ideias há bem pouco tempo se ancorava em duas abordagens principais: 1) que se aproximava de alguns pressupostos metodológicos de Lovejoy e a *history of ideas* norte-americana e se centravam numa abordagem aproximada da filosofia de analisar o pensamento do autor de forma isolada. Outros historiadores nessa perspectiva aplicavam esforço em colocar o pensador num contexto social, porém sem a aplicação de um método rigoroso. Outros “buscavam agrupá-los [pensadores] buscando identificar famílias intelectuais construídas em torno de certas correntes de pensamento e essas correntes eram quase sempre definidas de acordo com as categorias clássicas de liberalismo, positivismo, socialismo, fascismo. (CARVALHO, 2000, p.1); 2) A segunda abordagem é composta pelos trabalhos dos anos 70, os dois autores apontam que essa geração teve o marxismo como horizonte teórico e metodológico, estando preocupados em refletir sobre as ideologias e não necessariamente as ideias (Falcon, 1998). e de colocar um esforço mais sistemático de interpretar as ideias como ideologias vinculadas a interesses de grupos e classes sociais, ou mesmo do Estado (Carvalho, 2000).

Falcon aponta outros trabalhos produzidos por historiadores e historiadoras sobre história das ideias/intelectual e vida intelectual no recorte anos 70/80/90

Além dos seis volumes escritos por Wilson Martins sobre a História da inteligência brasileira, temos o livro de Carlos Guilherme Mota, Ideologia da cultura brasileira (1975), o de Alfredo Bosi, Dialética da colonização (1992), o de Vicente Barreto e Antônio Paim, Evolução do pensamento político brasileiro (1989), o de Luiz Gosta Lima, Pensando nos trópicos (1991), e uns poucos mais, incluindo alguns importantes trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho. (FALCON, 1998, p.186)

Os estudos do pensamento político e social brasileiro, em torno da escola da Cambridge e a história conceitual vem se ampliando e se materializando trabalhos originais, ancorados em rigorosa pesquisa, e abordando temas diversos. Só para citar alguns pesquisadores e pesquisadoras, João Feres Junior e desenvolvimento de uma história

conceitual do Brasil, o trabalho da Lucia Bastos Neves e a discussão sobre os diversos significados de “revolução” partilhados pelas elites políticas e intelectuais entre o século XVIII e a independência, ou o programa de pesquisa do pensamento autoritário brasileiro focado na recepção de conceitos e argumentos de filosofias europeias e norte-americanas desenvolvida por Marcelo Jasmin. Todos esses trabalhos foram publicados em 2007, no livro “História dos conceitos”, e reafirmam como a vertente progride de forma rápida e produtiva no território historiográfico brasileiro.

2.2 EDIR MACEDO: O INTELLECTUAL DA UNIVERSAL

A proposta nesse trabalho de enquadrar Macedo na categoria de intelectual nos põe a frente de diversos significados dessa categoria, aqui nossa compreensão do que é um intelectual vai se ancorar na perspectiva de Vieira (2008) onde se compreende os intelectuais a partir das suas práticas sociais, dos seus lugares de enunciação, das suas redes de sociabilidade, dos seus compromissos políticos com as elites ou com aqueles que defendem a subversão do poder (VIEIRA, 2008, p.79)

No caso do Macedo, nos propomos a partir de vários contextos, analisar sua produção literária e a partir dela investigar suas ideias políticas e religiosas como objeto, buscando analisar o alcance desse discurso e a materialização delas na realidade concreta.

A produção acadêmica sobre esse personagem é vasta e cobre várias disciplinas, da sociologia à história, das ciências da religião à literatura, que investigam os mais variados objetos relacionados à Macedo. Algumas pesquisas realizadas como a de Swatowisk (2007) e Souza (2000) analisam o discurso do Bispo Macedo a partir da sua produção literária, outros centram seus trabalhos no fenômeno pentecostal na política e a partição de Macedo como líder da Igreja Universal nesse processo, são os casos de Oro (2003) e Mariano (2004). Outros pesquisadores e pesquisadoras como Mafra, Sampaio e Swatowisk (2012) investigam o projeto pastoral de Macedo e a Teologia da prosperidade.

3 O SAGRADO E O SECULAR: A RELAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO NO BRASIL

Antes de investigar o discurso político de Edir Macedo, é necessário estabelecer que espaço ocupa a Universal enquanto principal igreja ligada ao neopentecostalismo, determinar como se organiza o campo religioso brasileiro e quem são os agentes que se relacionam nesse microcosmo. Quais disputas se dão nesse espaço, que interesses e objetivos são mobilizados dentro desse campo. Questionar o que propõe essa variação do pentecostalismo, quais as aproximações e diferenças com o pentecostalismo tradicional e numa escala mais ampla, pensar o crescimento e expansão do pentecostalismo no campo religioso brasileiro em relação aos seus concorrentes clássicos, entre eles católicos e protestantes. Como eles disputam o capital religioso e como a inserção desses grupos na política partidária, cumpre função de não só ocupar espaços para proteção e materialização de seus interesses, mais criar novos elementos para reordenar o campo religioso, e balizar novas relações entre o capital simbólico religioso e seus agentes.

Bourdieu (2004) vai afirmar que o campo de maneira geral é um microcosmo dotado de alguma autonomia, e que nele existem regras específicas, e ao mesmo tempo ele se relaciona a um espaço social ampliado. Esse campo é um lugar de luta entre os agentes que dele fazem parte, e esses embates se justificam na busca de manter ou alcançar posições nesse microcosmo.

Se no campo geral, o microcosmo “jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe com relações a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”. (BOURDIEU, 2004, p.21), aqui o campo religioso, além de articulado, como defende o sociólogo francês pela “predisposição a assumir uma função ideológica, função política de legitimar a ordem posta” (BOURDIEU, 2007, p.69) ele também se ordena com certa autonomia dentro dos seus limites, se organizando, hierarquizando e lutando entre si na defesa dos próprios interesses, que mudam de acordo com as demandas de seus agentes. Ele pode em dado momento contribuir para a manutenção da ordem hegemônica, mais isso não implica na eliminação total das tensões e conflitos entre o poder político e o poder religioso (BOURDIEU, 2007, p.72). Essa complementaridade “parcial” de ambos os campos repousa em limites muito pouco definidos e que dependendo do curso da história podem encontrar equilíbrio ou não (BOURDIEU, 2007, p.72).

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem. (BOURDIEU, 2007, p.69)

Segundo Oro (2003) as fronteiras que separam o sacro do secular, e vem se imbricando em relações cada vez mais próximas e diluídas, muitas vezes se materializando em campos de aproximação e continuidade do que numa oposição, separação e/ou em limites fixamente definidos.

No Brasil essa relação não é nova e nem homogênea, e vem sendo marcada por controvérsias, períodos de colaboração e concorrência. Sempre houve certa estreiteza na relação desses campos, com o religioso tentando adentrar no campo político, com objetivos de ampliar sua estrutura de poder e se consolidar no campo social como instituição de importância e prestígio (DANTAS, 2011, p.21). Contudo na contemporaneidade essas relações entre política e religião tem se ampliado e acentuado, nesse cenário, o alargamento da oferta religiosa, aumento significativo do número de evangélicos no país, e o ingresso dos mesmos na política partidária brasileira marca uma nova fase nas relações entre o político e o religioso, a dada à complexidade dessas relações no campo real e o que vem se desenhando é não só uma alteração da paisagem religiosa, mais uma profunda influência nas práticas da política concreta (FREESTON, 1999, P.335).

Nesse cenário identificar as áreas de atuação e interesses desses campos, e os limites onde suas demandas se alinham ou se repelem, é essencial para entender como o campo religioso (pentecostal) se articulou racional e institucionalmente no século XX, na disputa pelo sagrado e dos bens religiosos, se expandiu enquanto religião, e com a redemocratização penetrou no espaço político de forma definitiva. O ingresso dessas igrejas no espaço público não cumpre somente a função de manutenção da ordem social, mais fortalece seus interesses, delimita suas posições e amplia seu prestígio social e principalmente seu poder de impor no jogo democrático suas pautas religiosas e em contrapartida criando novos capitais simbólicos que vão ser disputados.

3.1 EVANGÉLICOS NO BRASIL E O MARCO DA OFERTA RELIGIOSA

Entendendo que os campos são locais de embates, por legitimação de posições e disputas por espaço determinados a partir de regras específicas de cada campo, fica claro que o campo sagrado no Brasil passou por intensas disputas do início da República até o século XXI, entre os clássicos protagonistas desse campo, como a Igreja Católica e os protestantes tradicionais e os novos personagens, os pentecostais.

Oro (2003) e Giumbelli (2008) apontam que a secularização do Estado no início do século XX e o princípio da liberdade religiosa, proporcionou condições para que a paisagem religiosa se diversificasse e proliferasse em novas designações religiosas e seitas, avidas por se instituir enquanto religiões legítimas e obter espaço, no campo religioso.

No Brasil, em se tratando de laicidade, nos deparamos com a aurora republicana como marco. É quando se adota de modo assumido o princípio da separação entre Estado e igrejas. Em termos mais concretos: rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual. (GIUMBELLI, 2008, p.81)

Essa perspectiva reforça como o sagrado na ordem mais geral do Brasil no século XX, se beneficiou das novas medidas político-jurídicas do governo republicano (Giumbelli, 2008), e no campo específico intensificou a luta nas instâncias religiosas, entre católicos, protestantes, evangélicos e etc., mobilizou a sua luta para adquirir legitimidade religiosa e adquirir o monopólio hegemônico sobre os bens de religiosos.

A título de tornar mais compressível à diversidade de correntes pentecostais, evitar as generalizações e melhor situá-las de acordo com a suas diferenciações teológicas, normas de comportamento e conduta dos fiéis e em que período histórico esses grupos surgiram, aqui iremos classificá-las em três grupos de acordo com Mariano (2004): o pentecostalismo clássico, o pentecostalismo neoclássico e os neopentecostais.

Os missionários do pentecostalismo clássico, em 1911, são os primeiros a chegar ao Brasil (MARIANO, 2004, p.123) tendo como uma das igrejas expoentes a Assembleia de Deus⁶. De maneira geral o autor aponta que essa corrente centra seu discurso no

⁶ Apesar de ser identificada pelos traços mais sectários, a Assembleia de Deus mostrou, sobretudo nas duas últimas décadas, maior disposição para adaptar-se as mudanças em processo no pentecostalismo e na sociedade brasileira. (MARIANO, 2004, p.123)

“anticatolicismo, sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo [...] e no plano teológico, enfatizaram o dom de línguas (glossolalia), seguindo a ênfase doutrinária primitiva⁷ dessa religião.” (MARIANO, 2004, p.123).

O pentecostalismo neoclássico se enquadra na onda do evangelismo norte-americano dos anos 50, seguindo as práticas estadunidenses, esse segundo grupo pentecostal conservou a base pentecostal clássica, ou seja, o batismo no espírito santo e a cura divina. Aliado a isso centrou seus esforços de evangelização por meio de pregações em programas de rádio e em grandes eventos de mobilização em tendas para aproximar os pastores da população.

O terceiro grupo e no que tange esse trabalho, o objeto de estudo que se pretende investigar, é o chamado neopentecostalismo⁸, no Brasil inicia suas atividades nos anos 1970, ganhando corpo e visibilidade nos anos seguintes. A Igreja Universal do Reino de Deus (RJ 1977), fundada por Edir Bezerra Macedo é a principal denominação dessa corrente pentecostal. Destaca Garrard-Burnett (2011) e Mariano (2004) que no plano teológico o que diferencia essa corrente das suas concorrentes descritas acima é a chamada

guerra espiritual contra o Diabo e seus representantes na terra, por pregar a Teologia da Prosperidade, difusora da crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos, e por rejeitar usos e costumes de santidade pentecostais, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo”. (MARIANO, 2004, p.124)

Essas três correntes que compõe o quadro geral do pentecostalismo brasileiro, como se aponta Mariano (2004) vem se ampliando e fortalecendo. Cabe agora investigar porque mais pessoas vem se filiando a essas igrejas e como no campo religioso vem havendo uma luta pelo capital simbólico religioso e embates para definir quem tem o monopólio da fé. Que bens religiosos são barganhados, que tipo de salvação é oferecida para a ampliação massiva de fiéis nessas igrejas?

⁷ Segundo Maia o termo pentecostes nesse contexto, é adotado para designar as igrejas que surgiram a partir do avivamento que foi relatado na passagem, bíblica “estando alguns apóstolos reunidos com Maria Madalena e Maria mãe de Jesus, na festa comemorativa da 50ª dia após a Páscoa [...] ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar línguas estranhas, conforme o Espírito Santo concedia que falasse” esse acontecimento é para os pentecostais o evento inspirador do avivamento acontecido no final do século XIX. Entre os dons utilizados pelos pentecostais acreditava-se na cura divina, a profecia e o dom de falarem línguas estranhas. (MAIA, 2005, p.7).

⁸ Encabeçado pela Igreja Universal, o neopentecostalismo é a vertente pentecostal que mais cresce atualmente e a que ocupa maior espaço na televisão brasileira, seja como proprietária de emissoras de TV, seja como produtora e difusora de programas de televangelismo. Do ponto de vista comportamental, é a mais liberal. Haja vista que suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contracultural tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados. (MARIANO, 2004, p.124)

A função genérica de legitimação não pode realizar-se sem que antes esteja especificada em função dos interesses religiosos ligados a diferentes posições na estrutura social. Isto ocorre pelo fato de que o interesse religioso naquilo que ele tem de pertinente para a sociologia, a saber, o interesse que um grupo ou uma classe encontra em um tipo determinado de prática ou crença religiosa, e, sobretudo, na produção, reprodução, difusão e consumo de um tipo determinado de bens de salvação. (BOURDIEU, 2007)

Se no Brasil a secularização do Estado e o princípio da liberdade religiosa abriu caminho no campo religioso para todas poderem professar sua fé de forma livre e se expandirem enquanto instituições eclesiais, alguns fatores servem como indícios para investigar porque algumas cresceram mais do que outras. Algumas das explicações sociológicas para o fenômeno repousam em análises funcionalistas, de fatores externos como as causas. Bourdieu (2007) vai definir como reducionista o esforço de explicar o religioso como simples reflexo direto das estruturas sociais.

Se somente fatores externos não dão conta de explicar, Mariano (2011), Giumbelli (2008) e Oro (2003), identificam outra variável, “a ideia de que a desregulação estatal da religião favorece a expansão do pluralismo religioso e aumenta a mobilização religiosa dos agentes e grupos religiosos e, por tabela, da população” (MARIANO, 2011, p.28).

O funcionalismo foi a principal corrente a investigar o crescimento dos evangélicos no Brasil, propondo que essa mudança no campo religioso é uma resposta as mudanças sociais, políticas e econômicas profundas pela qual o Brasil passava nos anos 30 (MARIANO, 2011, p.12), nesse contexto, a industrialização, modernização e urbanização obrigaram as migrações do campo para a cidade, e a inadequação desses sujeitos a novas condições sociais os impeliu a procurarem nas igrejas pentecostais espaços de “acolhimento e sociabilização, sobretudo para os estratos mais pobres [...] que tinham a necessidade reconstruir um sistema significativo de relações primárias para ajustar-se à vida urbana” (MARIANO, 2011, p.13).

Tal abordagem contextual, porém, se revela limitada para compreender as escolhas e os comportamentos desses sujeitos produtores e consumidores religiosos. Mariano (2011) e Giumbelli (2008) apontam a partir de uma análise de oferta religiosa que esse crescimento do número de adeptos, tem relação direta com não intervenção do Estado no campo religioso e principalmente com a mobilização interna de cada igreja.

o destino dos grupos religiosos, em campos religiosos desregulados pelo Estado ou em que imperam liberdade e pluralismo religiosos, é, sobretudo, “uma função de suas estruturas organizacionais, de seus representantes de vendas, de seus produtos e de suas técnicas de marketing”. (MARIANO, 2011, p.28)

Mariano (2011) relaciona a oferta religiosa abundante com ampliação das lutas internas “pelo capital simbólico desses grupos, pela legitimidade dos bens materiais” (BOURDIEU, 2007, p.72) e que a concorrência entre as variadas religiões contribuiu para a ampliação do quadro de fieis das igrejas pentecostais. Mariano (2011) aponta que a competição, “aumenta a mobilização religiosa, dos agentes religiosos, e por tabela da população”. (MARIANO, 2011, p.28)

os diferentes grupos religiosos se veem mais ou menos compelidos a disputar mercado para sobreviver e crescer diante da concorrência, acirrando a competição, estimulando e reforçando seu ativismo e a eficiência proselitista de seus dirigentes e leigos, diversificando e ampliando o volume da oferta de bens e serviços religiosos e ajustando-a a diferentes públicos e clientela, criando novos nichos de mercado etc. (MARIANO, 2011, p.29).

Dentro desse arranjo de luta pela hegemonia do sagrado entre as igrejas e a oferta de fé ampliada, novas relações de força surgem, novos arranjos entre o que é negociável dentro da proposta teológica, do que vai ser oferecido ao fiel, e como se oferecem esses novos serviços não só criaram novas hierarquias dentro do campo religioso, mais influenciam e perpassam o campo político quando esses novos sujeitos aliam a oferta de fé *markentizada* com os benefícios e interesses que a ocupação de legislativos trairiam para a instituição religiosa.

As relações de transação que se estabelecem com base em interesses diferentes, entre os especialistas e os leigos, e as relações de concorrência que opõe os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e também das transformações da ideologia religiosa”. (BOURDIEU, 2007, p.50).

Atribuindo relevância aos fatores internos, citados acima, se tem um panorama bem específico que consegue ajustar a teoria da oferta de mercado religioso para pensar o crescimento entre os pentecostais, identificando como eles se organizam e quais suas estratégias. Mariano (2011) atribui algumas das características principais que explicam o sucesso dos neopentecostais

1) a funcionalidade da concentração de poder eclesiástico e de governos eclesiásticos verticais para a centralização dos recursos financeiros da denominação e para a realização de grandes investimentos em meios de comunicação de massa, construção de templos, envio de missionários e abertura de novos campos de missão, sustento de amplo número de pastores trabalhando em tempo integral; 2) a racionalização empresarial da gestão e da organização institucional; 3) a formação rápida e em larga escala de pastores; 4) a opção estratégica pelo evangelismo eletrônico para amplificar a atração das massas aos cultos; 5) a hipertrofia da oferta sistemática e organizada de serviços mágicos (curas, exorcismos, libertações espirituais, ritos e promessas

de prosperidade material e financeira, resolução de problemas familiares, afetivos, emocionais, psicológicos etc.) para ajustar-se a visões de mundo, interesses e demandas de largas parcelas da população e, assim, ampliara demanda por seus bens e serviços religiosos (MARIANO, 2011, p.31).

Se o contexto político influencia como se articula e expande o campo religioso, por meio de medidas políticas que protegem e salvaguardem a liberdade religiosa, e por outro lado o discurso simbólico religioso garante a manutenção da ordem por meio da inculcação de um “*habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social” (BOURDIEU, 2007, p.57).

O que se percebe é que as demandas específicas de cada seita e sigla religiosa segue seus próprios princípios e interesses institucionais e que preocupados com a oferta ampla religiosa as igrejas neopentecostais se articulam em torno do que Garrard-Burnet (2011) define como uma “teologia maleável”,

que pode ser ajustada para preocupações espirituais locais e aspirações sociais e onde os planejadores da igreja desfrutam de certa flexibilidade para modificar e reinterpretar dogmas da igreja para coincidir o máximo possível com as condições e expectativa locais” (ARRARD-BERNET, 2001, p.179).

Identificados os fatores que possibilitam pensar o aumento desse grupo religioso, agora se faz necessário teorizar em que momento as disputas entre as igrejas no campo religioso, se movimentaram e adentraram de forma contundente o espaço público, e se materializou em participação massiva político-partidária. Transformando os evangélicos em jogadores políticos influentes e grandes mobilizadores midiáticos.

Dantas (2011) Oro (2003) Giumbelli (2011) discutem que até a constituinte, as denominações pentecostais incentivavam entre seus fieis isolamento e proibiam participações nos espaços públicos dado o incentivo a uma vida ascética dos fiéis. Importante frisar nos anos 60 e 70 a sociologia atribui um papel conservador e reacionário a todas as denominações pentecostais, a não participação desses grupos na política colocou todos eles na esfera de colaboradores do regime militar, ou como aponta Freston (1999) “negociando em silêncio com a estrutura política no poder no período” (FRESTON, 1999, p.332). Generalizar e alinhar todas as igrejas que compõe o quadro amplo das igrejas pentecostais, como aliados do regime, descaracteriza a pluralidade de ideias e interesses que balizam suas posturas. Entende-se que “algumas se prestaram mais do que outras ao jogo dos regimes, e ainda outras resistiram

totalmente” (FRESTON, 1999, p.333) mais definitivamente foi em 1985, que a política protestante, se tornou “mais visível e controvertida” (FRESTON, 1999, p.335).

Esse sectarismo na participação política partidária muda com a neopentecostais e o incentivo a inserção dos evangélicos nesses espaços, partindo da própria organização das igrejas essa nova postura de “[valorização ao] engajamento dos cristãos no período eleitoral e afirmando articulação entre política e religião. (DANTAS, 2011, p.23). Os bens religiosos barganhados pelos evangélicos ganham novos contornos, articulados por uma organização eclesiástica que embutiu o discurso religioso e político para justificar o seu ingresso nas eleições: o dever moral do evangélico de moralizar a política e a defesa das suas demandas e fazer valer os seus interesses, de “alcançar instâncias de poder para propor um reordenamento do espaço público” (ORO, 2003, p.21).

Esta forma predominante de política pentecostal busca fortalecer lideranças internas, proteger a socialização sectária, acessar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil. (FRESTON, 1999, p.336)

Assim, fica evidente que dentro da estrutura do campo religioso, as relações de força e concorrência entre as instituições são responsáveis pelos posicionamentos dessas igrejas, e no quadro mais geral aqueles que adquirirem o monopólio do capital legitimado e conseguirem se impor em condição de força no campo político tem possibilidade ampliadas de serem ouvidos e atendidos nas suas posturas, opiniões, escolhas e projetos.

A atuação da IURD é um exemplo claro, desse manejo dos novos bens religioso, medir necessidades de mercados, adequar a teologia ao cliente, preencher um nicho de mercado. Introjetar prosperidade aos novos dogmas, e se reordenar “atrelada aos signos do mundo dos negócios” (GIUMBELLI, 2008, p.90), em outras palavras “a igreja, enquanto empresa burocrática de salvação” (BOURDIEU, 2007).

Na política, os iurdianos (e em geral os neopentecostais), com o modelo corporativo de candidaturas oficiais e o sucesso nas urnas, passam a redefinir algumas condições no campo religioso, os elementos elencados acima identificados como capital religioso barganhado também passam incluir a política.

Nesse cenário, o próximo capítulo se propõe a analisar como os interesses políticos e religiosos se imbricam no discurso do Edir Macedo, como ele se apropria do capital religioso não só para monopolizar e gerir os bens de salvação. Mais principalmente porque a

participação partidária vitoriosa dos iurdianos criou um efeito mimético⁹ copiado por outras siglas evangélicas que também buscam essa inserção no espaço público e estão cientes que a participação político partidária criou novas hierarquias no campo religioso e acirrou ainda mais a disputa pelo monopólio da fé.

Com esse cenário desenhado, a discussão dos conceitos de Estado, democracia e cidadania trabalhados no livro “Plano de poder” de Edir Macedo, intenciona perceber como esses conceitos são parte do vocabulário político brasileiro contemporâneo e balizam as ideias políticas de Macedo, e no manejo dessa linguagem compartilhada, ele dá novos significados a esses conceitos e os traduz para o cumprimento dos interesses políticos da IURD. A vitória dos candidatos da Universal em pleitos com votação maciça dos fiéis evangélicos é só uma das possíveis consequências do discurso do Macedo compartilhado no livro. Cumpre pensar que esse sucesso contribui para o acirramento das disputas no campo religioso e a alteração nas relações de força entre os agentes desse campo, como vimos nesse capítulo, o outro efeito do livro, como veremos a seguir, é como o discurso político do autor dá suporte para a manutenção da ordem social.

⁹ Ver mais em Oro, Ari Pedro. “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros”. 2003. O efeito mimético que o autor aponta são as outras igrejas, copiando o modelo político da Igreja Universal e buscando o mesmo sucesso eleitoral.

4 O PROJETO DE NAÇÃO: DEUS, OS CRISTÃOS E A POLÍTICA

Esse capítulo tem como objetivo analisar o livro de autoria de Edir Macedo, como ele mobiliza seu discurso político, quais as ideias, que vocabulário é utilizado, e como aciona certos conceitos centrais dentro desse discurso e quais os objetivos. A investigação desses elementos no texto, como eles são trabalhados no livro, como ele se dirige aos leitores, permite visualizar quais os caminhos políticos que ele deseja trilhar, evidenciando as ambições do autor no âmbito político e religioso.

Para compreender quais questões Macedo formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever [...] (SKINNER, 1996). Não só isso, observar o texto mais também o contexto a partir de onde o intelectual escrevia.

Com esse objetivo partimos da premissa de falar do discurso político de um líder religioso a partir da perspectiva da história intelectual, entendendo ser ele o principal idealizar e articulador dentro da IURD, o vocabulário do discurso político e o contexto de onde ele fala, diz muito sobre ideias que alicerçam as ações políticas desse segmento evangélico. Nos oferece a possibilidade de visualizar quais problemas ele discute, quais diálogos ele faz com o repertório político atual e quais são as referências usadas para validar o seu discurso.

A escolha do livro “Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política” publicado em 2008 e assinado por Macedo em parceria com o Carlos Oliveira como fonte, cumpre uma necessidade de acesso a um material mais ou menos coeso e unificado sobre política num mesmo documento. Os elementos que tangem esse tema aparecem de forma dispersa em discursos de pastores e lideranças, vídeos, redes sociais, TV, rádio, mídia, folhetos, porém no livro eles se encontram mais ou menos condensados num só lugar. A autora Swatowski (2007) lembra que na IURD apesar de “os livros não terem tanta importância proselitista quanto à mídia, [o livro] é fonte privilegiada. [...] Pois as publicações aparecem como fonte sobre as ideias políticas difundidas pela Igreja Universal.

Como discutido no primeiro capítulo sobre as críticas ao contextualismo, utilizado aqui de forma semelhante para análise do livro, é importante ressaltar mais uma vez especificidade do método adotado, o objetivo com ele pretendido e os limites dessa pesquisa.

A opção por centrar a análise no texto escrito da principal liderança da Igreja Universal, passa pelo objetivo de discutir as intenções do autor, que como sujeito, e como lembrado por Vasconcelos, o conjunto de condições em que a obra foi produzida deve ser levado em consideração e isso inclui as intenções do autor. As ideias do Macedo enquanto

intelectual passam pelo vocabulário compartilhado, as problemáticas levantadas tem sintonia com o contexto em que ele está inserido, e somente questionando e investigando as ideias políticas do autor é que podemos vislumbrar como elas orientam a prática política dele, e da IURD enquanto principal representante do neopentecostalismo.

Para explicar porque o agente faz o que faz, será preciso referirmo-nos a seu vocabulário, e que este com toda evidencia, se delinea como um dos fatores a determinar sua ação. (SKINNER, 1996, p.12)

Na introdução do livro, Edir Macedo conclama os milhões de evangélicos do Brasil, a “despertar o potencial – que tem estado adormecido – de um povo com propostas serias, progressistas e inovadoras” (MACEDO, 2008, p.10), convoca os cristãos a se mobilizarem, conscientizarem, a votar em candidatos que vão de encontro aos anseios da “coletividade”, que estejam capacitados de forma técnica, e, sobretudo, legitimados pela chancela de Deus. Nesse cenário cabe aos eleitores evangélicos transformar a vantagem numérica em votos, revertendo-os em votos para outros evangélicos, que seriam os legítimos representantes das suas demandas e por serem verdadeiros cristãos, teriam a ética e a virtude como características “inerentes”.

Com o início dessa fala e ao longo da narrativa, o Bispo constrói o discurso e elabora suas ideias políticas, sobre temas como Estado, cidadania, democracia, e incentiva uma maior participação dos evangélicos nessa empreitada, que não só fortalece a democracia mais vai ao encontro do desejo do próprio Deus, que desde sempre tem um plano político arquitetado, e ainda à ser posto em prática, com a participação direta dos verdadeiros cristãos.

O desafio nesse capítulo, é analisar quais as ideias do autor sobre esses temas, como ele mobiliza os conceitos, se autoriza e legitima pra falar deles a seus pares. E perceber como a mobilização desse vocabulário específico, cumpre a função maior de validar o discurso político, perceber como ele aproxima suas ideias políticas das ideias predominantes no debate político atual, mais reveste esse discurso de outra roupagem que atenda a seus interesses e no sentido mais amplo, ofereça uma justificativa política-religiosa à manutenção da ordem hegemônica.

No decorrer dos 9 capítulos do livro, três conceitos são centrais no discurso político de Macedo: Estado, cidadania e democracia, e deles gravitam todo o universo discursivo que busca legitimar o plano divino de um Estado cristão, que depende da participação dos evangélicos para se concluir. Deus é o grande idealizador desse “projeto de nação” e Macedo a voz autorizada para revelar os desígnios de Deus, traduzir e pinçar da bíblia exemplos que

embasem essa vontade e o líder que deve conscientizar e unir os fiéis em torno de uma causa só.

A partir disso é essencial discutir como os conceitos de Estado e cidadania, ganham novos contornos no processo de redemocratização e que também é o momento em que os evangélicos adentram o espaço político-partidário de forma mais acentuada. E partir disso, com esses conceitos delineados, pensar como eles são apropriados e reinventados, no vocabulário de Macedo para dar sentido e legitimidade à suas ideias políticas e ancorar a sua prática política, enquanto líder de uma igreja evangélica em expansão.

Antes de entrar na análise do texto se faz necessário, uma concisa biografia de Edir Macedo e um breve histórico da própria IURD, enquanto representante do neopentecostalismo emergente no Brasil no século XXI.

4.1 EDIR MACEDO

O fluminense Edir Bezerra Macedo, líder e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, nasceu em 1945. Foi católico, umbandista, até se tornar evangélico aos 18 anos, com seu ingresso na igreja Nova Vida, onde permaneceu até 1975 quando saiu para fundar a Cruzada do caminho eterno, e de onde saiu para fundar a Igreja Universal.

Sua formação acadêmica como aponta o site da Universal é composta com a graduação em teologia, mestrado em ciências teológicas e doutorado em teologia, filosofia cristã e *Honoris Causa* em divindade. Como escritor, se destaca com a publicação de mais de 30 títulos e 10 milhões de títulos vendidos¹⁰.

A frente da Universal Macedo nos anos 80 implementou uma ampla reforma na sua igreja instituindo “eclesiástico episcopal, no qual assumiu o posto de bispo primaz e o cargo vitalício de secretário-geral do presbitério, cargo do qual renunciaria em 1990 para evitar que eventuais sanções penais contra si atingissem a igreja” (MARIANO, 2004, p.125). O que realmente veio a acontecer com a sua prisão em 1992, sob as acusações de charlatanismo, curandeirismo, estelionato que surgiram em meio a polêmicas pelos métodos de arrecadação adotados na Universal, agressões físicas a praticantes de religiões afro-brasileiras, “investimentos empresariais milionários, em especial a surpreendente compra da Rede Record por 45 milhões de dólares” (MARIANO, 2004, p.125).

¹⁰ Segundo o site oficial da Igreja Universal no Brasil (<http://www.igrejauniversal.org.br>), consultado em 14/11/2018).

A trajetória de Macedo como principal articulador da universal é permeada de controvérsias, mas também foi marcada de eficiente trabalho de institucionalização, hierarquização e modernização da prática religiosa, adoção da evangelização midiática como bem-sucedida estratégia proselitista e por fim sucesso eleitoral nos últimos pleitos.

Hoje é personagem central no debate não só no campo religioso, com a explosão evangélica no Brasil e o crescimento em número de fieis da IURD, no campo político o apoio pessoal de Edir Macedo ao então candidato a presidência Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, trás para o centro do debate a importância do papel de Macedo como intelectual na esfera pública, a projeção e o alcance do seu discurso político, para desequilibrar uma campanha, apoiando ou rechaçando um candidato.

4.2 A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

Segundo o site oficial da Universal, hoje a igreja evangeliza em mais de 100 países no mundo, conta com 7.157 templos espalhados pelo Brasil e mais de 7 milhões de fieis¹¹. É fenômeno na TV, rádio, mídias sociais e uma destacada força política no atual cenário brasileiro. Fundada em 1977 no Rio de Janeiro, no espaço onde funcionava uma funerária, a IURD é atualmente a principal representante do neopentecostalismo no Brasil, e se destaca principalmente, como explica Garrard-Burnett (2011) “pelos suas crenças e práticas inovadoras em sua liturgia, utilizando música de louvor contemporânea, culto de adoração altamente participativo, incorporando [...] técnicas de marketing modernas na evangelização. (GARRARD-BURNETT, 2011, p.178)

Freston (1993) aponta que eleição de 1986 iniciou uma nova fase da presença dos evangélicos na política, e essa presença e politização dos pentecostais visava “fortalecer lideranças internas, se resguardar das mudanças sociais que poderiam “ameaçar a família”, captar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil” (FRESTON, 1993, p.181). Entre essas novas igrejas que viriam a ser representadas e disputavam esses espaços que estavam em negociação, começa a atuação da Igreja Universal¹².

Se em 1986 a IURD inicia sua participação política e se insere de vez na era das candidaturas oficiais nas igrejas (FRESTON, 1993, p.180) com o discurso de “moralizar a

¹¹ Dados divulgados no site (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1899617-igreja-universal-faz-40-anos-e-realiza-sonho-de-alcancar-classe-media-alta.shtml>), consultado em 17/11/2018.

¹² Um desses deputados é Roberto Augusto Lopes, eleito pelo PTB/RJ e ministro da Igreja Universal do Reino de Deus. (BRASIL, 1987, p.615).

política e impedir a hegemonia dos católicos nesses espaços”, em 2014 o próprio Macedo justifica que a presença de candidatos da Universal nas eleições cumpriam a função de “defender o evangelho e fazer frente a todos os movimentos de perseguição” (TAVOLARO apud Dantas, 2011, p.36.)

Em 2018, dos 78 deputados federais evangélicos eleitos, 17 são declaradamente adeptos da Igreja Universal¹³, 16 deles filiados a sigla PRB (Partido Republicano Brasileiro) chamado de braço político da IURD. O resultado dessas eleições e a participação direta de Edir Macedo na disputa a presidente, mostram que os objetivos são outros, e a disputa do espaço público por meio da participação político-partidário também faz parte dos embates entre as igrejas pela hegemonia no campo religioso.

4.3 1986: A CONSTITUINTE E O NOVO REPERTÓRIO POLÍTICO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Na introdução de “As fundações do pensamento político moderno” o historiador inglês Quentin Skinner aponta que “o mais claro indício que uma sociedade tenha ingressado na posse consciente de um novo conceito [...] esta na geração de um novo vocabulário, em termos qual o conceito passa a ser articulado e debatido. (SKINNER, 1996, p.9). Essa citação ajuda a entender como o processo de redemocratização gerou e redefiniu novos vocábulos que voltaram a fazer parte do ideário político no Brasil após a ditadura. Logo a linguagem compartilhada e reconhecida por muitos atores sociais como afirma Versiane (2010) ganhou força com uma nova Constituição e com ela “construção de uma nova cidadania no país, inclusiva e de completa ruptura com a ditadura que assumira o governo brasileiro, a partir do golpe de 1964, permanecendo no poder por um tempo então inimaginável”. (VERSIANE, 2010, p.235).

Skinner (1996) e Swatowski (2007) concordam que autor e a comunidade a quem ele se dirige necessariamente devem compartilhar um conjunto de vocábulo, sentido e significados e reconhecimento mútuo.

Sob esse contexto, é que tentaremos analisar a dinâmica argumentativa do Macedo, as ideias, projetos e conceitos, sempre na direção de atuar politicamente na esfera de um Estado democrático, formal e constitucionalmente laico. O discurso aberto de Estado cristão nesse cenário, não teria eco, nem legitimidade. Logo o discurso político deveria passar

¹³ Lista desses candidatos eleitos publicada no site (<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nem-a-bancada-evangelica-resiste-ao-vendaval>), consultado em 17/11/2018.

obrigatoriamente pelo repertório político e linguístico que veio embutido na nova ordem política contemporânea, e que são socialmente aceitos e compartilhados. Contudo, cumpre pensar que esse repertório ganha novos sentidos nesse discurso e que tentaram ser demonstrados nesse capítulo.

4.4 A DISPUTA PELOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA, CIDADANIA E ESTADO NO DISCURSO POLÍTICO E RELIGIOSO DE EDIR MACEDO

No final do primeiro capítulo do livro, Macedo aponta que “ainda nos dias atuais, há muitas pessoas que, apesar de confessarem uma fé cristã, não conseguem identificar e assimilar o objetivo de Deus sobre esse aspecto para o seu povo” (MACEDO, 2008, p.20). Nas 123 páginas seguintes, ele vai demonstrar que esse objetivo de Deus, é um Estado cristão, um projeto político de nação organizado, governado por evangélicos, sob a tutela de um Estado forte e punitivo, legitimado pelo voto “consciente e racional”, e comprometido com a democracia e com o plano de Deus.

É recomendado aos milhões de pentecostais brasileiros uma mudança cultural, ancorada na crença que a participação política de evangélicos é a vontade divina. Votar e eleger candidatos cristãos que não somente digam que creem em Deus, mas que realmente tenham um histórico de vida com Deus e para Deus¹⁴. Ou seja, votar em outros evangélicos, independente da igreja, é defender interesses comuns que regem essa comunidade, e a partir disso depende deles se unir e desenvolver estratégias racionais para alcançar os seus objetivos, e consequentemente o propósito de Deus.

Os evangélicos são chamados a fazerem parte desse plano de Deus, personificado em um Estado com representação política maciça de evangélicos ou quem sabe com um legítimo líder evangélico ocupando o cargo eletivo máximo. O slogan “irmão vota em irmão” (Trevisan, 2013; Dantas, 2011) é ressuscitado e ganha novos ares.

De maneira geral, o discurso político vai se centrar em algumas linhas de argumentação, religiosa, filosófica e política. O discurso religioso vai buscar exemplos bíblicos de líderes políticos cristãos, como José, Moisés, Daniel, e suas ações que

¹⁴ 10 razões porque cristão vota em cristão, publicado em 2014 por Edir Macedo. In: <https://blogs.universal.org/bispomacedo/2014/09/08/10-razo%CC%83es-por-quecrista%CC%83ovotaem-crista%CC%83o/>. Consultado em 16/11/2018

corroborariam o plano de Deus para um Estado cristão. Macedo (2009) assim vai afirmar que “bíblia não é só orientação religiosa, é livro também que sugere resistência, tomada e estabelecimento do poder político ou de governo [...] (MACEDO, 2009, p.53)

O discurso filosófico incorporado na narrativa cumpre a função de revestir o discurso religioso com a legitimidade da ciência, no livro ele aparece com Thomas Hobbes e o contratualismo como modelo de Estado a ser copiado.

Um regime “teocrático” como citado em algumas passagens (MACEDO, 2008, p.10; p.57; p.58) é descartado como alternativa, o que o intelectual propõe é manter as instituições intactas, e a partir dos mecanismos já dados, alçar ao poder representantes dos cristãos para no exercício do poder e pelo voto dos mesmos, ser sua voz e sua representação. O que corrobora a hipótese de no vocabulário compartilhado, as ideias políticas partilhadas socialmente, ser inaceitável numa sociedade democraticamente organizada e saída há menos de 30 anos de uma ditadura, propor uma teocracia. O que se sugere ao longo do texto é “uma sociedade organizada e mobilizada de forma ordeira, pacífica e razoável, que se envolva na busca por soluções” (MACEDO, 2008, p.24). Existe embutido nessa afirmação uma crença nas instituições da modernidade, e nesse viés a participação cidadã e a democracia também ganham novas roupagens.

Valores democráticos, caros, na Constituição Federal aparecem e são mobilizados, liberdade de crença, participação política, justiça social, são valores e conceitos que aparecem cravados dentro dessa perspectiva de construção de Estado cristão. O discurso político vai se balizar dentro desses limites de respeito às instituições democráticas, buscando legitimidade intelectual através de filósofos e ancorado na justificativa máxima que seria o aval e vontade de Deus explicito na bíblia.

No livro, os conceitos de Estado, democracia e cidadania estão imbricados, na lógica que o Estado funciona como uma instituição neutra e com objetivos de regular a vida civil, nesse contexto a democracia e cidadania, passam por uma participação cidadã esvaziada do seu conteúdo político, e se materializa na instrumentalização da democracia engessada no voto. O evangélico eleitor, pra cumprir o plano de Deus vota em outros evangélicos, e no exercício da sua “cidadania” conclui um contrato com o Estado, de abrir mão da sua individualidade em prol do bem da coletividade.

O primeiro conceito a ser trabalhado na narrativa é a cidadania,

A participação civil nos negócios públicos é muito importante, e estamos tratando de uma participação que vá além da simples sensação de participar [...] estamos falando que é preciso discutir os assuntos públicos.

Essa participação cidadã deve procurar ser exercitada, pois à medida que for acontecendo, ela vai produzir maior qualidade a cada participação. Que será sem sombra de dúvida, bom para a coletividade. (MACEDO, 2008, p.24)

O autor recomenda no texto que os evangélicos não tem se interessado por política, por serem apolíticos ou por não se sentirem contemplados pelas pautas políticas (MACEDO, p.21), e sugere que a não participação lhes tira a possibilidade de estarem representados por alguém que espelhe seus anseios e interesses. No texto a cidadania é construída e elaborada através do que o autor chama de uma mudança de cultura, conscientização e ação, “para o bem da coletividade”, e o voto racional.

Ter direitos políticos, de votar e ser votado, não é o mesmo que ter cidadania plena, como definiu Pinsky

ser cidadão é ter direito a vida, liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei, em resumo é ter direitos civis. É também participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito a educação, ao trabalho, ao trabalho justo, a saúde, a velhice segura. Cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, p.9)

O significado dado à cidadania no texto, e os limites traçados quanto a quem seria contemplado na categoria de cidadão, sugerem uma proposta de reordenação. Quando Macedo afirma que

os cristãos não devem apenas discutir, mais principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura e uma boa política nacional e, sobretudo com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu Povo. (MACEDO, 2009, p.25)

Ele valida a hipótese que esse plano estadista de Deus, visa contemplar e beneficiar uma parcela específica da população, o “Seu” povo, entendido aqui como os evangélicos. Logo o compromisso com o coletivo exclui muitos grupos identificados como cidadãos de segunda ordem na perspectiva das crenças da Igreja Universal, como a comunidade LGBT+, mulheres e as minorias num geral. A homogeneização de diferentes grupos, com diferentes necessidades, demandas e interesses dentro do espectro de “coletividade” ajuda a criar categorias de cidadãos e se manifesta numa cidadania excludente.

Outro elemento legitimador identificado no discurso político, e que vão dar as bases pra pensar o Estado cristão, são os autores clássicos, Maquiavel, Hobbes e Aristóteles. Em nível de importância para discutir a concepção de Estado que o Macedo elabora só Thomas

Hobbes vai ser analisado, bem como a utilização da sua perspectiva de Estado para alicerçar à ideia de Estado defendido por Macedo.

Segundo Macedo “o verdadeiro papel do Estado é mediar e harmonizar os interesses da coletividade” (MACEDO, 2008, p.33) e que vivendo no “estado da natureza do homem” estaríamos todos fadados à desorganização social e a degradação humana” (MACEDO, p.36) então cabia ao Estado aplicar

a formula para a mudança e reestruturação social, em que o ser humano teria maior sensação de paz e segurança, como narra Thomas Hobbes, diz que tal sociedade necessita de autoridade a qual todos os membros dessa sociedade devem render o suficiente de sua liberdade natural, por forma que a autoridade possa assegurar a paz interna comum. (MACEDO, 2008. p.36)

O Estado que Macedo elabora como ideal, nessa perspectiva, é baseado no contratualismo do inglês Thomas Hobbes, que se assenta em diferentes diretrizes e não dialogam com os princípios “democráticas e participativos” que ele propõe ao longo do livro.

O Estado na narrativa é retratado como uma instância racional e neutra, que tem por razão de ser e existir, a organização das dinâmicas sociais de modo pacificá-las e ordená-las. Sob essa perspectiva aponta Dantas (2011) anula-se a tese do Estado como campo de interesses antagônicos, que favorece as aspirações das classes dominantes a partir das quais racionaliza e organiza o sistema social.

Se em Hobbes, como aponta Mondaini (2003) o “estado absoluto passa a ser visualizado como resultado do estabelecimento de um “contrato social” entre indivíduos que viviam até então em “estado de natureza” e que, por determinadas razões, decidiram abandoná-lo em prol da entrada em um corpo social e político. (MONDAINI, 2003, p.128). Em Macedo, esse contrato social de submissão, é definido através do voto e da eleição de mandatários “no que tange a política, em especial um sistema democrático como o nosso, é o voto popular que define os mandatários”. (MACEDO, 2008, p.28). O coletivo abre mão da individualidade em prol de paz e ordem, e o Estado em troca tem legitimidade para punir quem transgride

Ainda segundo Hobbes o homem no estado de natureza pode extrapolar em suas maldades por falta de coerção do Estado, que é constituído exatamente por punições legítimas aplicadas pelas autoridades competentes aos transgressores da lei e da ordem pública. Também é de direito do Estado o uso da força se for necessário. (Macedo, 2008, p.36)

Sobre esse tema o Mondaini aponta que

com suas vidas permanentemente ameaçadas, os homens tomam a decisão de firmar um pacto que preservasse o “direito a vida” em troca da sua liberdade individual. Os homens abrem mão da sua individualidade. Colocando-a plenamente nas mãos de um terceiro [...] que passa a ter a única obrigação defende-los” (MONDAINI, 2003, p.129”).

Logo o conceito de Estado adotado pelo Macedo, e mobilizado no seu discurso é um Estado com verniz democrático, respeitando as instituições e atribuições definidas pela Constituição no que concerne ao voto, mais com prerrogativas definidas de “regular as ações humanas e mediar os relacionamentos” (MACEDO, 2008, p.37), “trazer paz e segurança a sociedade” (MACEDO, 2008, p.37). Sob esse disfarce de um Estado imparcial e comprometido com coletivo num todo, ele propositalmente deixa de lado as questões ideológicas que regem interesses antagônicos e polarizados entre as diferentes demandas das classes e dos diversos grupos dentro desse Estado. Colabora para a manutenção da ordem, quando propõe submissão e obediência, e relaciona a eleição como única forma de relação entre o Estado e a os indivíduos. Ele cria uma ilusão do Estado mediador racional, necessário para gerir a vida social e única e legítima instância a equalizar os interesses e confrontos de diferentes grupos sociais, que nesse cenário estão alijados da sua autonomia política.

A democracia nesse cenário ganha uma noção que Dantas (2013) vai definir como instrumental, eliminando as chances de se perceber na democracia uma possibilidade de disputa entre os desiguais como luta entre dominantes e dominados (DANTAS, 2013, p.240). A participação desses sujeitos, esvaziada de sentido político, torna o rito da democracia, mecânico, descolado da realidade política e social brasileira, esse processo institucionalizado de democracia que sugere Macedo, ‘não cumpre uma das funções da democracia de “ser capaz de resolver os problemas da desigualdade social e da injustiça estrutural” (DANTAS, 2011, p.43).

O texto do Macedo não faz referências a realidade social, se ele cita a miséria e a desigualdade é para defender que ela é fruto do “preconceito entre as classes e a falta de políticas eficazes” (MACEDO, 2008, p.108). Tópicos como injustiça social, concentração e distribuição de renda passam em branco na sua narrativa, e contribuem para pensar que a cidadania e a democracia que se almeja são descoladas do mundo real. A esse processo Dantas (2011) vai definir como “governabilidade” de racionalizar a democracia

[...] e promover a contenção das demandas sociais, a domesticação da política e a institucionalização da democracia, transformando-a numa espécie de regime racional, tecnocrático e eficiente, desprovido de natureza política, social e ideológico. (DANTAS, 2011, p.243)

Assim Macedo incentiva no seu discurso político que os seus leitores priorizem a formalidade democrática engessada dentro do voto, o que na prática corresponde “a uma diluição da cidadania e a própria negação do pleno exercício da atividade política” (DANTAS, 2011, p.224)

A última variável a ser analisada no discurso político de Edir Macedo é o fator religioso e moral, o plano de Deus para o Seu povo, a participação dos evangélicos nessa empreitada, e a necessidade de uma mudança de postura para alcançarem os objetivos divinos, para acessarem a “terra prometida”, aqui representada por um Estado cristão organizado segundo as prerrogativas do que “Deus” considera aceitável e legítimo.

Essa mudança de cultura proposta por Macedo inclui como já vimos à politização dos evangélicos, a crença nas instituições, o compromisso com a coletividade. Contudo, a obediência e conscientização política e eleitoral também é perpassada pela noção de valores morais e identitários que seriam inerentes a todos os verdadeiros cristãos. Para Edir Macedo não basta votar, é essencial votar a favor da sua causa, com os Seus e para os Seus.

Para isso ele se apropria de exemplos bíblicos de líderes políticos cristãos consagrados como José e Moisés, argumenta que a mudança cultural não é suficiente para materializar o plano divino, que seriam necessários líderes evangélicos imbuídos de qualidades como “espírito público, visão vanguardista, senso administrativo, inteligência e responsabilidade social [...]” (MACEDO, 2008, p.16) e autorizados por Deus para a concretização desse plano de poder.

Com isso ele une duas justificativas para votar em um líder político evangélico, a justificativa política de que votar é contribuir para a consolidação da democracia e a justificativa moral, de que os cristãos são diferenciados, e possuem a honra e a ética como qualidades inerentes, “os 40 milhões ou mais de evangélicos no Brasil [...] trazem consigo essa identidade de compromisso com o coletivo e consolidação da democracia (MACEDO, 2008, p.104). Além disso, para Macedo votar nesses candidatos é assegurar que seus interesses serão defendidos, “[...] O direito do voto é pessoal e intransferível. Mas é no exercício dele que a pessoa verifica de quem é correligionária, o mastro da bandeira que está empunhando e de que lado está” (MACEDO, 2008 p.53).

No manejo do vocabulário existente e compartilhado socialmente, Macedo constrói seu discurso político, em dado momento aceitando as ideias predominantes no debate político contemporâneo brasileiro, como democracia e cidadania, e em outro contestando e dando nova roupagem a esses conceitos, que se alinhem aos seus objetivos políticos. Incutindo novos valores simbólicos ao conceito de democracia, esvaziada de sentido político, uma

estreiteza nas noções de cidadania, e a defesa de Estado ainda mais violento e punitivo para apaziguar as relações entre os sujeitos e zelar pelo bem de uma coletividade excludente, Macedo contribui para a conservação da ordem social. E ainda, revestindo sua narrativa religiosa de outras camadas de significado e validade, política e filosófica, ele contribui para o sucesso dos evangélicos nas urnas.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho não foi fazer julgamento de valor quanto à participação de evangélicos na política, ou engrossar o senso comum que a segurança do estado democrático de direito depende da exclusão total da religião na esfera pública. Entende-se justamente que a secularização do Estado brasileiro garantiu institucionalmente a possibilidade dos grupos religiosos se organizarem, articularem e principalmente reivindicarem as suas pautas políticas no campo civil, e isso representa o princípio da democracia plural e laica.

Buscou-se observar mais atentamente o campo religioso, enquanto domínio autônomo (dentro de certos limites), buscando identificar como os novos jogadores dessa esfera, os pentecostais, começaram a rivalizar com os grupos historicamente estabelecidos nesse espaço. Ofertando novos serviços religiosos, lançando mão de uma teologia flexível e legitimadora da riqueza e dos bens materiais através da Teologia da Prosperidade, se valendo de estratégias proselitistas midiáticas, os neopentecostais souberam incorporar bem os anseios da modernidade e com isso se expandir enquanto religião e atrair maior número de fiéis.

Para essa análise nos utilizamos da vasta produção acadêmica sobre a temática, buscando comparar perspectivas metodológicas das causas do crescimento e impacto dos pentecostais no campo religioso brasileiro, abordando diferenças entre as correntes do pentecostalismo, suas normas de conduta, perspectivas teológicas e estratégias de evangelização.

Com esse contexto delineado, buscamos identificar, no processo político de redemocratização e a eleição da constituinte, os marcos históricos da inserção dos evangélicos na política-partidária, e o início da era das candidaturas oficiais. Associar essas novas atribuições dos pentecostais/neopentecostais na esfera pública como evidências de um reordenamento de forças no campo religioso brasileiro, e com ele a criação de novas categorias a serem disputadas e barganhadas, novas hierarquias, que acirraram ainda mais a disputa pelo monopólio da fé.

Isso se reflete no efeito dominó que o êxito eleitoral de algumas igrejas, como a Universal do Reino de Deus, criou entre outras designações evangélicas (e mesmo não pentecostais), incentivando e servindo de exemplo para que outras buscassem o mesmo sucesso, que se materializa na prática em: representação política para a defesa de suas pautas e interesses, poder para fazer seus objetivos serem ouvidos e atendidos e influência para interferir no campo civil. A IURD nessa conjuntura é uma das forças políticas neopentecostais

a serem consideradas, com quadro político vigoroso e bem ordenado, capacidade de desequilibrar pleitos e uma força ambicionada pelos partidos políticos.

O discurso político de Edir Macedo investigado no livro “Plano de poder” ajuda a pensar um quadro mais aprofundado sobre essa mobilização político-religiosa, a votação maciça de evangélicos nos candidatos oficiais das igrejas, e o sucesso da Universal nas eleições

É sempre importante na análise de um discurso perceber que das múltiplas possibilidades de que dispunha para ordenar e validar seu discurso, Edir Macedo faz escolhas e opções, se o repertório político brasileiro é absorvido e mobilizado pelo intelectual da IURD, é justamente para fazer proselitismo político, alinhado com seus interesses institucionais, enquanto liderança evangélica. Imbuído desse papel e totalmente consciente das benesses que “verdadeiros cristãos” na política proporcionam para sua própria igreja. Macedo no uso político desse repertório amplifica e dissemina no campo civil suas pautas morais, alarga seu poder e consequentemente o poder da Igreja Universal, sobre as outras igrejas concorrentes. As escolhas filosóficas e políticas no discurso de Macedo cumprem funções de revestir de legitimidade os elementos simbólico religiosos de que ele lança mão no discurso político.

É no uso do vocabulário político compartilhado e aceito no Brasil contemporâneo que Macedo baliza as suas ideias políticas, e opera novos significados aos conceitos amplamente reconhecidos, Estado, democracia e cidadania e assim, cumpre dupla função, a primeira de incentivar a participação política de evangélicos nas eleições, e a segunda de dar suporte moral e religioso para a ordem política dada. Na sua interpretação Macedo esvazia o conceito de cidadania, engessa o de democracia e torna o de Estado mais controlador e punitivo, na sua lógica discursiva. Cria um efeito político descolado do real, ignorando em certa medida os embates e disputas que o campo político está imerso, os diferentes grupos e interesses mobilizados nesse espaço. Essa tradução do ideário político de Macedo a seus pares, revestido da autoridade religiosa do mesmo como líder da IURD, valida a ordem política simbólica e a manutenção da ordem social.

Por fim, voltando à primeira consideração dessa conclusão, reforçamos a legitimidade desses sujeitos na esfera política, que cumpre o rito democrático do acesso da religião a esfera pública, salvo quando ela manifesta desrespeito à pluralidade, fere a laicidade do Estado e põe em cheque liberdade religiosa de outros grupos. O alerta a este “Estado cristão”, e as pautas moralizantes e excludentes de partidos e políticos ligados não só a Universal, mais a outros grupos pentecostais e neopentecostais, chamam atenção para o tema, diante de algumas

declarações públicas recentes de candidatos ligados a essa legenda religiosa proclamando que “o Estado é cristão, e as minorias que se mudem”. Afirmações desse cunho reforçam a hipótese do alcance das ideias de Edir Macedo, demonstram que o Estado que ele defende no livro talvez não seja tão neutro, do contrario não haveria necessidade dos evangélicos precisarem ocupar espaços políticos e tensionarem pelo poder dentro desse mesmo Estado e chamam a refletir sobre a viabilidade real das pretensões políticas desse personagem tão controverso. Se de um lado Macedo ameaça o equilíbrio do campo religioso na esfera eleitoral, no campo político ele almeja a manutenção do está posto, e busca no acionamento dos mecanismos da ordem social hegemônica se alçar as esferas mais amplas do poder.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'assunção. História das ideias: em torno de um domínio historiográfico. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 3, p.1-11, jan. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 27-69, 2007.
- BRASIL. Repertório biográfico dos membros da Assembleia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987.
- CABRAL, Eduardo Lopes Maia. Os evangélicos e a política. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v.2, n.2, p.91-112, 2006.
- CARVALHO. Jose Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, 123-152, 2000.
- DANTAS, Bruna Saruagy do Amaral. Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FERES JÚNIOR, João. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.48, n.3, 2005. p.655-680
- FALCON, Francisco. História das ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da história*. Rio Janeiro: Campus, 1998, p.91-125.
- FRESTON, Paul. Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment. 1993, 303 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1993.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e democracia no Brasil. *Lusotopie*, p. 329-340, 1999.
- FRESTON, Paul. Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política. In: FRESTON, Paul. *Introdução*. Viçosa: Ultimato, p. 9-12, 2006.
- GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante: a teologia da prosperidade na América latina. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 55, p.177-194, dez. 2011.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.80-101, 2008.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP/IFCH, p.13-60, 2014.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p.27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: *Futuro Passado: Contribuição á semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, p.97-118, 2006.

MACEDO, Edir Bezerra; OLIVEIRA, Carlos. *Plano de Poder: Deus, cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MAIA, Luciano Oliveira. *Símbolos e ritos na Igreja Universal do Reino de Deus*. 2005. 44f. Curso de História, UFRGN, Rio Grande do Norte, 2005.

MARIANO, Ricardo. Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: Um balanço. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 43, n. 119, p.11-36, abr. 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, v.18, n.52, p.121-138, 2004.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, p.9-13, 2003.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.53, p.53-69, 2003.

PALTI, Elias. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. In: FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs). *História dos Conceitos: Diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, p. 59-76, 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, p.9-13, 2003.

SILVA, Ricardo Oliveira. *História das ideias: a construção da identidade*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das letras, p.9-14, 1996.

SWATOWISKI, Claudia Wolff. Texto e contextos da fé: o discurso mediado de Edir Macedo. *Religião e Sociedade*: Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.114-131, 2007.

TREVISAN, Janine. A frente parlamentar evangélica: força política no Estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsiae intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. *Revista brasileira de história da educação*, n.16, p.63-85, 2008.

VERSIANE, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.30, n.60, p.233-252, 2010.